

COLÉGIO ESTADUAL D. PEDRO I, EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE

Mariulce da Silva Lima Leineker- UFSC-
mariulce@hotmail.com

Claudia Barcelos de Moura Abreu- UNIFESP
claudia.abreu@unifesp.br

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar e discutir as principais questões que marcam a educação do campo no Estado do Paraná, especialmente em relação às escolas que, a partir do parecer nº 1011/2010, foram denominadas escolas do campo. Com relação ao Estado do Paraná é possível afirmar que a educação do campo vem consolidando espaços e apresentando propostas governamentais, pressionado pelas organizações sociais, buscando fazer com que as propostas sejam efetivadas apesar das dificuldades e limitações postas pela forma de organização social. Para esse artigo, optamos por apresentar e analisar dados de uma escola do município de Guarapuava que passou a ser denominada do campo em 2009, para entendermos, por meio de pesquisa de campo e bibliográfica, os desdobramentos de pertencimento ao campo.

Os colégios Estaduais no Estado do Paraná possuem particularidades pautadas pelas suas respectivas histórias. Para nosso estudo, cujo objetivo é entender os desdobramentos de pertencer à chancela de escola do campo o Colégio Estadual D. Pedro I torna-se um caso exemplar, pois no ano de 2009 passou a ser denominado colégio do campo por determinação do Estado do Paraná, mas somente em outubro de 2010, quando foi aprovado o Parecer nº 1011/2010¹, -é que foi possível à equipe e à comunidade escolar entender a razão de tal mudança. Segundo o Parecer, o fato da escola estar em um distrito, determinava sua natureza de pertencer ao conjunto de escolas ou colégios do campo.

O colégio localiza-se no distrito de Entre Rios, que faz parte da zona rural do município de Guarapuava, no Paraná. Localiza-se a 30 km da cidade e está situada entre dois rios importantes para a região: o Jordão e o Pinhão. A população do distrito vive em cinco principais comunidades chamadas de colônias - Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Cachoeira e Socorro. Essas formam um círculo ao lado da rodovia estadual PR170, localizadas a menos de 10 quilômetros umas das outras.

¹ No qual constam as normas e princípios para a implantação da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das escolas do campo.

A colonização desse distrito teve sua história iniciada na Alemanha quando os camponeses que residiam na Suábia iniciaram o processo de migração para determinadas áreas do rio Danúbio onde receberam a denominação de suábios do Danúbio. Porém, ao final da Primeira Guerra Mundial, com o fim do Império Austro-Húngaro, os suábios que residiam na região foram separados pelas novas fronteiras e a maior parte desses povos passa a pertencer ao território da antiga Iugoslávia. Os suábios, na tentativa de manter e reforçar a origem germânica adotaram algumas medidas para manter as origens e não compartilhar/interagir com outros grupos, o que gerou a repressão por parte do governo Iugoslavo. Isso se agrava quando a Iugoslávia, na Segunda Guerra Mundial, posiciona-se contra o Estado Alemão. Muitos suábios tornaram-se prisioneiros de guerra, sendo submetidos a trabalhos forçados em campos de concentração e foram recrutados para lutar na guerra, desse modo, aquelas famílias que sobreviveram encontravam-se fora de seu território.

Durante anos, os fugitivos e expulsos foram obrigados a viver em campos de recolhimento, empilhados aos milhares em espaços reduzidíssimos. Não havia trabalho nem mantimentos suficientes e poucas esperanças para o futuro. O problema de populações inteiras, totalmente desenraizadas, pesava gravemente sobre a política internacional e a reconstrução econômica. (ELFES, 1971, p. 21)

O governo austríaco ajudou os refugiados buscando uma nova pátria que os recebessem. O Brasil foi escolhido para dar continuidade à reprodução agrícola das famílias agricultoras do Danúbio. No início de junho de 1951, chegou a Guarapuava o primeiro grupo de suábios, compostos por agricultores, artesãos, operários, motoristas, bem como pelos membros dirigentes da colônia. (STEIN, 2008, p. 46).

O trabalho solidário fortaleceu as esperanças dos camponeses suábios e foram primordiais na época da colonização em Entre Rios, pois o trabalho era fundamentalmente realizado e organizado pela comunidade.

Toda a produção agrícola e o trabalho comunitário eram organizados pela então Cooperativa Agrária, fundada no Brasil no mesmo ano de chegada dos imigrantes. Ela fornecia condições para que o trabalho no campo fosse efetivado, e também custeava a construção das casas, escola, hospital e outros, juntamente com investimentos iniciais do governo brasileiro. As precárias instalações de infraestrutura e condições financeiras, aliadas à dificuldade com o idioma e os resultados pífios das primeiras colheitas geraram um estado de insatisfação na comunidade.

A solução dessas questões veio por meio de investimentos dos governos brasileiro e austríaco, para os quais a Cooperativa enviava projetos solicitando auxílio. Os investimentos fortaleceram a agricultura, melhorando a qualidade da saúde, educação e fortalecendo a cultura suábica. Como resultado, os suábios atingiram seus propósitos no mercado capitalista, produzindo fartura e riqueza, contudo as características de comunidade solidária foram extintas.

Expressivo também foi o processo de formação de um abismo social e étnico que seu deu a partir da vinda da população nativa para trabalhar na Cooperativa Agrária. Os trabalhadores brasileiros formaram a mão de obra assalariada na cooperativa e nas propriedades particulares dos imigrantes suábios. Esse contingente, formado por peões, empregadas domésticas, jardineiros, pintores entre outros, povoaram a Colônia chamada Vitória.

Esse processo configurou a formação de dois territórios claramente divididos na colônia Vitória, colônia onde se localiza o centro comercial, e em Entre Rios onde mora grande parte dos não descendentes de alemães. Em outra parte da colônia habitam os descendentes de suábios, com sua própria escola, igreja, hospital, dentre outras instituições.

Foi possível observar que em busca de uma vida melhor, muitos trabalhadores foram à Colônia Vitória, mas não encontraram trabalho, o que gerou a proliferação de favelas, desemprego e demais consequências. Tentando contornar o problema, a cooperativa fundou uma vila operária conhecida como “vila dos brasileiros”, equipada com escola, igreja e centro social. Desse modo, é na vila dos brasileiros onde se encontra o Colégio D. Pedro I, objeto de nossa pesquisa.

O colégio pesquisado localiza-se na Vila dos Brasileiros, no distrito de Entre Rios, oferece ensino fundamental e médio e atualmente funciona em três turnos².

O Colégio Estadual D. Pedro I nasce a partir da necessidade de continuidade de estudos dos jovens de Entre Rios, que concluíam o 1º Grau na Escola Municipal e não tinham como prosseguir os estudos em ensino médio, pois a única escola em Entre Rios com esta modalidade de ensino era um Colégio particular e diurno.

² As aulas iniciam pela manhã das 7h e 30 min. às 11h e 50 min, à tarde das 13h às 17h e 20 min e à noite das 19h às 23h e 10 min.

Desse modo, os jovens oriundos de famílias menos privilegiadas, e que tinham necessidade de trabalhar muito cedo ansiavam pela criação de um colégio noturno, onde pudessem continuar seus estudos e atender às necessidades familiares de subsistência. A solicitação foi entregue a um Deputado Estadual, durante um comício político em Entre Rios, o qual levou a reivindicação à Secretária de Educação do Estado do Paraná que, acatando a solicitação, autorizou a criação do colégio. No dia 17 de fevereiro de 1989, iniciaram-se as atividades pedagógicas nas dependências do prédio da Associação de Educação Agrícola Entre Rios, cedido pela Cooperativa Agrária Entre Rios.

Em 13 de dezembro de 1989, foi autorizada a implantação simultânea das quatro últimas séries do ensino fundamental no período noturno, pela Resolução 3486/89. O Reconhecimento do Estabelecimento de Ensino e o Reconhecimento do Ensino Fundamental Noturno foram regulamentados pela Resolução nº 2435/91 de 18 de julho de 1991. A Resolução nº 2761/92 de 18 de agosto de 1992, reconhece o Ensino Médio.

Durante sete anos o colégio funcionou em prédio cedido, mas no dia 03 de abril de 1996, o governador do Paraná lançou a pedra fundamental da construção do Colégio em terreno desapropriado pela Prefeitura Municipal de Guarapuava pertencente à Cooperativa Agrária Mista Entre Rios e doado ao Estado do Paraná para a construção do Colégio. No dia 15 de setembro de 1997 o Colégio Estadual passou a desenvolver suas atividades pedagógicas em prédio próprio, construído e equipado pelo Governo do Estado do Paraná.

Os alunos do Colégio residem na Vila dos Brasileiros e em localidades adjacentes, constituindo um corpo discente diversificado devido à localização em que residem com predominância majoritária de membros da classe trabalhadora.

Após pesquisa realizada no colégio para implementação do Projeto Político Pedagógico, constatou-se que a maioria dos alunos convive, com suas famílias, em residências próprias de estrutura humilde. A escolaridade dos pais e mães destes alunos é, em sua maioria, de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental incompletos, sendo que o número de moradores em cada residência está situado entre 3 e 13. O trabalho formal, ou seja, com registro em carteira é mínimo e a renda familiar majoritária é de 1 (um) salário mínimo, sendo que algumas famílias recebem benefícios do Governo Federal e Estadual tais como: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil P.E.T.I., Luz Fraterna, Tarifa Social de água e Leite da Crianças.

A disparidade socioeconômica na região se reflete em problemas sociais como o número significativo de alcoólatras e usuários de drogas entre os familiares e mesmo entre os alunos. Para termos uma ideia da gravidade dos conflitos vividos na escola e seu entorno, em 2010, no período noturno, o recreio foi suspenso para tentar amenizar a questão da violência.

O colégio conta com 90% dos professores residentes no município de Guarapuava e que se deslocam para ministrar as aulas.

Tomando o colégio como objeto de investigação, é a partir de 2009 que o Colégio, com todas as características acima descritas, passou a ser designada como escola do campo.

Nossos dados, coletados na escola com a equipe gestora e de professores nos mostram que para o diretor auxiliar do colégio há uma expectativa em busca da concretização da proposta para a educação do campo:

[...] expectativa em relação ao colégio do campo gera em torno de se buscar um diferencial, quer pedagógico, quer financeiro, porém no colégio nada mudou, o auxílio financeiro que o colégio recebeu nos últimos anos foi por fazer parte do programa superação por baixo rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no ano de 2007. Para a educação do campo efetivamente não tem nada, acredito que a educação do campo pode funcionar bem, mas não depende apenas da direção, ela esbarra na própria burocracia do estado, então qual o nosso anseio. Às vezes penso que da maneira como está preferíamos não estar incluído nessa categoria do campo, e sim na categoria urbana, ano passado o governo criou o pro jovem campo e pro jovem urbano, se estivéssemos na categoria urbano conseguiríamos alunos, o pro campo é destinado a quem mora no campo, nas fazendas, e no noturno não há transporte. Estamos na categoria do campo, mas as ações desenvolvidas ainda são iguais a uma escola urbana. Em função da estrutura, do corpo docente, **ninguém tem identidade com o campo**. A escola precisa de uma identidade, mas com esse vai e vem tudo fica mais difícil. As discussões foram feitas no governo anterior, foi tudo registrado, esperamos que esse novo governo de continuidade às discussões. Esperamos que tudo que foi feito não se perca no caminho, foi muito investimento para cair no esquecimento. Pelo investimento que foi feito em capacitação para professores eu espero que não tenha sido perdido, espero, torço, sonho, porque não posso perder a esperança. (Grifos nossos)

O projeto educativo desafia todos a realizar e projetar uma educação que contemple formação de cidadãos participativos, criativos, críticos, conscientes de suas

responsabilidades e de seus direitos, em que ciência e cultura se unam numa síntese harmoniosa a serviço da vida.

O colégio retrata a realidade das escolas que estão no campo, pois a política de contratação do Estado, infelizmente, não atende à particularidade dessas escolas, os professores não têm identidade com o campo e geralmente trabalham da mesma maneira que trabalhariam numa escola urbana, e, infelizmente não respeitam as particularidades porque não as conhecem, não têm envolvimento e comprometimento com a proposta.

A falta constante de professores tem sido outro agravante problema para as escolas públicas de um modo geral, mas no campo essa situação se agrava, pois os alunos vêm de transporte e precisam permanecer no colégio mesmo que estejam ociosos, perdendo tempo e oportunidade de aprendizagem.

É contraditório quando vemos tantos espaços educativos no colégio como laboratórios, bibliotecas entre outros e que durante a ausência de professores os alunos ficam sem orientação do trabalho docente apenas esperando o tempo passar.

O colégio tem carga horária de 25 horas semanais, trabalha com alguns projetos, desenvolvidos no turno em que o aluno estuda, alguns são permanentes e outros temporários.

Existe também uma parceria com agrária, ainda que pequena, poderia ser maior, uma vez que o colégio prepara alunos para trabalhar na cooperativa, mas hoje o que eles oferecem para os alunos é um estágio remunerado como aprendiz, eles têm o espaço cultural que eles nos emprestam gratuitamente quando necessário. (DIRETOR, 2011)

Quando questionada a respeito da maneira pela qual os alunos se deslocam para o colégio a direção relata que:

Existe um problema que é a parceria do estado e município, iniciamos o ano andando para trás, ano passado iniciamos o ano com duas semanas de atraso, esse ano foram três, até ser liberado o transporte. Iniciamos o ano com 50% dos alunos, os outros não tinham como vir, alguns pais trouxeram os filhos de carro, moto, bicicleta e até a cavalo. Mas como desenvolver um trabalho com parte dos alunos? Os professores ficam fazendo revisão de conteúdo, pois não podem trabalhar nada de novo, para não prejudicar o aluno que depende do transporte. Mas e o aluno que vem das redondezas, também não pode ser prejudicado, então ficamos em uma situação bastante difícil, considerando ainda que tem dias chuvosos e lugares de difícil acesso, estradas horríveis que os alunos ficam impossibilitados de frequentar as aulas, às vezes por vários dias. Ontem aconteceu um fato interessante travou a roda do ônibus que transportava os alunos, desci da minha carona e andei 2 km com uns 20 alunos para poderem

chegar a escola, atrasados, mas chegaram. As condições climáticas, nosso inverno é rigoroso, então os alunos que levantam muito cedo não vêm, ficam muito doentes e são imensamente prejudicados. Em relação à nota é feito um esquema para recuperar, mas o conteúdo que ele perdeu, o contato com a turma, a aprendizagem coletiva essa não tem como recuperar, o aluno do campo perde muito, acrescentado falta de professor com atestados, que é muito difícil, a lei que abona atestado, a lei beneficia o professor, mas prejudica o aluno, a LDB 9394/96 fala da garantia das 800 h distribuídos em 200 dias letivos, como uma lei vem descumprir a outra?

Quando os professores faltam sem justificar com atestado querem repor aos sábados, mas nesse dia não tem transporte, então é uma falsa reposição. A reposição tem características diferenciadas de aula, no campo o número de atestados é elevadíssimo, talvez a solução fosse um professor substituto, não sei, é preciso rever isso, urgentemente, pois o que os alunos estão perdendo pode ser irreversível.

Ao indagar sobre a participação dos pais com a direção da escola, o gestor nos relata que:

Quando chamados os pais para reuniões a participação da comunidade local é boa, porém em relação aos pais que utilizam transporte a participação é mais restrita, precisamos organizar reuniões e dispensar alunos, não gostamos disso, mas precisamos, para que o pai possa usar a vaga do aluno no ônibus. Reunião no período da noite os pais cujos filhos utilizam o transporte ficam impossibilitados de participar, eles não comparecem, participam apenas aqueles que têm carro, infelizmente a minoria. Os pais gostam da escola, participam das festas, querem que os filhos estudem para melhorar de vida, mas eles têm seus limites, distância, trabalho, claro que temos pais que nunca aparecem, só veem no colégio para fazer a matrícula, mas é a minoria, ainda temos pais que são presentes na vida escolar do filho, quando aqui me refiro a pai, temos muitos casos que esse é substituído pelos familiares. Uma coisa que foi e continua sendo interessante é a resistência que encontramos em alguns pais por considerar a escola do campo atrasada, estamos fazendo um trabalho de conscientização, mas vemos que isso ainda é muito presente na sociedade, este estigma de inferior, ainda é forte, temos muitos pais analfabetos ou com baixa escolaridade, então eles têm medo do que a escola do campo possa oferecer, eles querem o melhor para seus filhos. (DIRETOR, 2011)

Sempre no início do ano são realizadas reuniões para tratar possíveis ações para o ano letivo, os pais participam, as decisões tomadas são registradas em ata e posteriormente cobradas para que as mesmas se efetivem. Existem as limitações referentes à participação, à distância, e o trabalho é o grande problema a ser enfrentado pelos pais para que haja uma efetiva participação na vida escolar dos filhos.

O colégio possui 1136 alunos distribuídos nos três turnos, 496 alunos, 42% dependem de transporte escolar para chegar à escola, os demais moram na vila Abigail, vila Werner, vila Lemer (Vila dos brasileiros) nas proximidades do colégio. A instituição possui ainda alunos advindos do Assentamento Paiol de Telhas alunos remanescentes de Quilombos³.

A comunidade Paiol de Telha vive uma situação difícil atualmente, sua luta para reaver suas terras é longa. A comunidade está no assentamento efetuado pelo INCRA próximo à Vila Socorro no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava distante 35 Km de sua sede.

Os alunos que residem em fazendas possuem pais que trabalham como gerentes, maquinistas, cuidam de animais, plantam, colhem, são trabalhadores assalariados. Praticamente não existem pequenos agricultores na região, os que possuem trabalham para alemães, mas ganharam um pequeno pedaço da terra para cultivar, ou são os agricultores do Quilombo.

A colônia Vitória é o centro do distrito, ali tem a “Vila dos Brasileiros”, os pais dos alunos que ali residem trabalham como pintores, jardineiros, ou prestando serviço para a cooperativa Agrícola local. As mães geralmente trabalham como domésticas mensalistas ou diaristas. Muitos alunos moram somente com a mãe ou com os responsáveis como avô, tios entre outros.

Outros alunos moram em um local de reflorestamento mantido pela Cooperativa Agrária, que tem como objetivo produzir madeira como fonte de energia

³ Segundo Fernandes (2006, p. 9) quilombos é um termo utilizado para “se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em maio de 1888”. A expressão Quilombo, deriva da palavra *Kilombo* da língua Mbundo do tronco lingüístico Banto, com significado provável de sociedade como manifestação de jovens africanos guerreiros/as. Também a etimologia da palavra deriva do Quimbundo (*Kilombo*) significando ‘acampamento’, ‘arraial’, ‘povoação’, ‘capital’, ‘união’ e ainda ‘exército’.

O Quilombo emerge como movimento identitário nos anos 70 do século XX, fazendo referência à legislação e aos atos jurídicos que historicamente impossibilitaram os africanos e seus descendentes à condição de proprietários plenos. A inversão deste fato no plano dos direitos humanos, culturais e sociais, inscreve uma nova ordem na legislação brasileira dos anos 80, instaurando no plano do reconhecimento estatal novos sujeitos de direitos. Expressão e palavra amplamente utilizada em diversas circunstâncias da história do Brasil, “Quilombo” foi primeiramente popularizada pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista, bem como às suas lutas pelo fim da escravidão no país. Em seguida, foi também expressão dos afrodescendentes para designar a sua trajetória, conquista e liberdade, em amplas dimensões e significados. (LEITE, 2000, in História quilombos e quilombolas. <http://www.gtclouvismoura.pr.gov.br/> Acesso em 10/07/2011.

para indústrias e entrepostos da cooperativa tendo uma área de plantio de 2.800 hectares; os pais que lá residem são assalariados da cooperativa. Alguns ainda vêm da área de suinocultura agrária criação de suínos para Matrizes, Reprodução e Cevados para Abate. Os pais são assalariados e muitas vezes os alunos também trabalham nos chiqueiros, auxiliando seus pais.

Como pode se observado, o colégio possui uma diversidade cultural imensa, contudo percebe-se que entre os alunos que frequentam o colégio a grande maioria dos pais são trabalhadores, assalariados de grandes propriedades, existem poucos que possuem terra e que seriam considerados pequenos agricultores.

Embora os alunos não trabalhem diretamente com o campo, alguns não têm objeção em relação à modificação ocorrida em 2009, outros não sabem do que se trata essa mudança. Segundo o diretor auxiliar, o problema no colégio vai além do campo:

[...] é um conflito étnico bem importante, também econômico, apesar de que esse ser uma característica de boa parte do Brasil, mas o problema aqui se dá em função da colonização que foi europeia. Em relação à questão étnica racial dá-se em função de termos um assentamento quilombola. O problema não é ser homem do campo, parece que todos sabem que são do interior, esse não é o problema, a questão vai além da simples nomenclatura, é falta de uma identidade. (DIRETOR, 2011)

O diretor relata que trabalhar com esse problema cultural é um desafio constante, é interessante verificar que o número de alunos do colégio praticamente não sofre alterações, fato observado por meio de uma pesquisa que foi realizada com dados quantitativos da escola nos últimos cinco anos, e que mantém o número de alunos da escola entre 1000 e 1100. É interessante perceber também que para o diretor pelo fato do número de alunos não sofrer variações acredita que tem como desenvolver um trabalho visando a qualidade da educação em um contexto campestre.

Quando voltamos nossas entrevistas aos estudantes – entrevistamos 5 alunos, entre 12 e 16 anos.

A aluna A, da 6ª série, relata que: “sim, gosto de estudar e pretendo ser médica então sei que para isso preciso me dedicar nos estudos”. Quando indagada sobre o que faz em cada, responde que “ajuda apenas na limpeza e a cuidar do irmão que tem 7 anos”. Ela reside na vila próxima à escola e sua mãe trabalha em uma loja como vendedora. “Eu gosto daqui, é muito tranquilo, posso brincar, passear, só não tem muitos lugares para ir, mas eu participo do “projeção” e final de semana fico por aí.”

Conversamos em relação a seu colégio estar na categoria do campo, ela relata nem saber. “Não sabia, é verdade (risos), mas eu moro na cidade, e qual é a diferença?” Quando os papéis da entrevistadora e entrevistadas se inverteram, percebeu-se a curiosidade em entender o que é uma escola do campo e que essa aluna não possui vínculo e nem identidade com o campo.

Os alunos falam sobre sua moradia e como é sua rotina durante o período escolar. **Aluno “B”**- (15 anos) aluno da 8ª série, reside em uma fazenda a 20 km da escola, pergunto que horas sai de casa. “As 6h30, geralmente ainda está escuro, vem eu e a minha irmã que está na 5ª série, estudamos pela manhã porque à tarde não há transporte então não temos opção”.

Sobre suas rotinas, os alunos relatam:

Ah, venho para o colégio, chego em casa lá pelas 13h 15, 13h 30 depende do dia, o ônibus não chega até minha casa, pego a van ela nos deixa na estrada principal, pegamos o ônibus e vamos; ao retornar é a mesma coisa. Pego a van a uns 800m da minha casa eu e minha irmã vamos andando, depois que chego almoço, descanso até às 15h aí vou ajudar meu pai no que for preciso, ele trabalha para um alemão, então dependendo do período é o que fazemos, às vezes é plantio, colheita, dar de comer animais, faço de tudo, à noite janto, estudo e depois vou dormir, pois preciso acordar bem cedo. A merenda eu como, gosto do tipo e da maneira como a comida é feita, além de que às 10 h estou morto de fome. (aluno B)

Levanto às 6h, pois o ônibus passa 6h 30, vou ao colégio, retorno as 13h, almoço, ajudo em casa nas tarefas domésticas, aí vou estudar, quero fazer vestibular e ser professora de matemática, à noite descanso para retornar a escola no dia seguinte. (Aluno C)

Eu odeio a escola, mas sou obrigado a freqüentá-la, minha família recebe bolsa estudo, preciso levantar às 11h, fico sem fazer nada até dar o horário da aula às 13h, aí vou para a escola, quase sempre fico na biblioteca ou com a pedagoga, porque os professores não me suportam, aí faço tarefa fora da sala, acho que vou reprovar novamente, quando saio do colégio vou na *lan house* jogar no computador, vou no ginásio quando tem jogo, fico por aí. (Aluno D)

Levanto pela manhã, faço as tarefas, ajudo a mãe, quando é 10h30 como alguma coisa e me arrumo para ir a escola, saio de casa às 11h, porque o ônibus que nos traz eu e meus colegas leva o pessoal que estuda pela manhã, ah o ônibus vem e vai lotado parece sardinha na lata, já reclamamos várias vezes, mas não adianta, sempre está cheio. A aluna relata que nesse período das 12h às 13h eles ficam nas redondezas do colégio, quando retorna à tarde já está quase noite, ai é só comer, assistir televisão e já está na hora de dormir. (Aluno E)

Com relação à vida no campo e o que pretendem fazer futuramente.

[...] é muito triste, solitária, e assim que vejo a vida lá, não quero isso nem para mim nem para meus filhos, trabalhar de empregado a vida toda e ainda num lugar distante e sofrido, não é isso que eu quero, ainda não pensei no que vou fazer, mas quero estudar, me formar e ir morar na cidade, arrumar um emprego e ficar por lá, fazenda é bom para o chefe do meu pai, que tem uma mansão e vai para lá descansar final de semana, morar é muito ruim. Em relação à escola ser do campo, sei lá, tem muitos alunos que moram em fazendas então talvez esteja correto, mas eu não saberia explicar se é bom ou ruim, não sei a diferença. (Aluno B)

Pergunto sobre a escola por ser do campo o que ele pensa. (ri) e diz: “tinha que ser aqui, tem um monte de *capiar*”. (Aluno D)

Os alunos se expressam de maneira diferente em relação a característica adquirida pelo colégio, como relata a aluna entrevistada. **Aluna “E”** – (13 anos) aluna da 7ª série, reside em uma fazenda a 18 km da escola. Pergunto sobre a caracterização de sua escola, o que ele pensa a respeito. “Acho interessante, é legal ser aluno da escola com essa característica, morar no campo é bom, a gente tem liberdade, tem comida fresca, leite, a vida é mais barata e menos perigosa.” Pergunto sobre o futuro. “Ainda não sei, mas não queria sair daqui, gosto de morar aqui, talvez estudar para ser professora e dar aula aqui, (risos).”

O colégio possui 47 professores, sendo 23 efetivos, 27 PSS (Processo Seletivo Simplificado) e 24 funcionários. Em entrevista com o diretor do Colégio esse relata que:

O número de professores efetivos é menor que os contratados por tempo determinado, talvez seja esse um dos maiores problemas da educação do campo, porque não conseguimos ter professores efetivos que realmente queiram trabalhar aqui, o que acontece: o professor PSS está em uma fila de espera, chega a vez dele e ele questiona: onde eu tenho que trabalhar? Sobrou tal lugar, o professor precisa trabalhar e acaba pegando, mas ele não conhece. Tivemos casos aqui do professor ligar para ver se tinha hotel para ele se hospedar, quer dizer você vai trabalhar em um local que não conhece, nem sabe como funciona. Outro fator relevante é o professor que assume o concurso público em outro município dentro do Núcleo Regional, ele assume suas aulas onde é mais perto de sua casa, nesse caso o distrito é melhor que as cidades vizinhas, mas na primeira oportunidade leva seu padrão para a cidade sede. Nesse caso é observado apenas o direito do professor e o direito nosso enquanto colégio de educação do campo? O nosso direito como instituição? Como direção? Nós não podemos exigir um concurso específico para os professores que queiram atuar na educação do campo e isso é extremamente prejudicial ao trabalho. No

concurso de remoção dificilmente um professor que está bem estabelecido dentro do município pede para vir para a educação do campo

Questiono o diretor sobre qual seria a solução para atrair professores para a escola do campo.

Motivação para os professores, não acredito que a motivação financeira seja o melhor caminho, mas pode iniciar por aí, o transporte diferenciado, porque o professor que trabalha a duas quadras de sua casa recebe a mesma coisa que o professor que trabalha aqui a 30 km, então o transporte poderia auxiliar, uma das reclamações é o custo para o deslocamento. Talvez mais cursos, mais horas atividade para o professor poder visitar as comunidades em busca de conhecimentos e possíveis alternativas para a melhora da educação, não sei, mas algo precisa ser feito com urgência senão a escola com a característica do campo vai ficar apenas no papel.

As limitações encontradas são evidentes em todas as escolas do campo, a dificuldade de suprir o quadro profissional, a dificuldade de acesso, a remuneração igualitária para todo quadro, isso torna o trabalho no campo mais limitado e enfraquecido.

Em relação à escola do campo, as professoras relatam desconhecer o que é uma escola do campo, e confessam ter um pouco de resistência por não saberem o que é, e quais as modificações que essa nomenclatura vai trazer, não se sentem preparadas para trabalhar.

Quando a responsável pela coordenação do núcleo esteve na escola a discussão foi pouco esclarecedora por falta de tempo e porque existe na escola professoras casadas com alemães proprietárias de grandes propriedades que discordam e sentem-se inseguras em relação aos movimentos sociais que estão por trás das escolas do campo, dizem não entender a proposta e nem o que está por trás de toda essa mudança e questionam: É interesse de quem transformar esse colégio em colégio do campo? (Professora B)

Não sabem também porque o colégio é do campo, pois ele não é tratado como escola do campo e essa realidade não é a realidade do colégio embora metade dos alunos venha do campo.

Relatam que os alunos também não aceitam e não se sentem como sujeitos do campo, sentem vergonha porque trabalham para grandes proprietários, pois os pequenos proprietários que frequentam o colégio são os alunos do Quilombo Paiol de Telhas. As

professoras relatam que os alunos não sabem que fazem parte do colégio do campo, que em nenhum momento foi discutido sobre isso.

Quando se pergunta a respeito dos alunos, as professoras relatam que eles não têm identidade, não possuem um objetivo de vida, a condição sócio econômica é baixíssima, e graças a essa condição acabam se envolvendo com alcoolismo e drogas, entrando no mundo da criminalidade. Sugerem que existem vagas para emprego na cooperativa, mas os alunos não buscam a qualificação, até pela dificuldade financeira. As professoras acreditam que a falta de estrutura familiar é um dos agravantes para reforçar essa situação, em uma turma de 7ª série de 46 alunos, apenas sete têm família constituída por pai e mãe, os demais moram com parentes, muitos pais saem para trabalhar fora da cidade deixando os filhos com familiares. Relatam ainda que a desistência é grande, as meninas se casam cedo e não veem sentido na escolarização, como ocorre gravidez na adolescência, em muitos casos as meninas solteiras acabam desistindo, por vergonha, dificuldades de deslocamento, desânimo entre outros.

Outra preocupação elencada é a disputa que existe entre “brasileiros” e “alemães”, os grupos não se aceitam, existe muita discriminação sobre a vila dos brasileiros. As professoras relatam, ainda que de maneira informal, que a vila foi constituída quando dois alemães revoltados por conta da falência financeira resolveram lotear e vender suas terras para os funcionários da cooperativa, pois a intenção do grupo imigrante era não permitir que pessoas que não fossem descendentes dos pioneiros alemães residissem na colônia.

Hoje o que se percebe é que quem reside, nesse lugar, é uma camada sobrando da industrialização e do crescimento do agronegócio da cooperativa, não tem espaço para eles naquela sociedade, e para os educadores esse é um agravante significativo.

As professoras acreditam que hoje:

[...] o colégio está dentro de um espaço todo voltado ao agronegócio, e se não for feito um estudo, uma fundamentação do que é escola do campo, essa proposta nunca vai acontecer mesmo que apareça bonita no papel, precisa ser uma mudança de paradigma, enquanto esse não for quebrado nada vai acontecer. (Prof^a A)

Existe uma preocupação dos professores referente à questão cultural racial. Embora, muitas vezes camuflada ela é muito presente no cotidiano desse colégio, outra questão significativa é a distância existente entre os educadores e a proposta de uma

educação no e do campo. Segundo Caldart (2002, p. 129 a 133), para ser educador do campo existem características essenciais:

1. Reconhecer a existência do campo, ver sua realidade histórica, ver seus sujeitos;
2. Ver a educação como ação para o desenvolvimento humano e a formação dos sujeitos;
3. Compreender e trabalhar as grandes matrizes da formação dos sujeitos do campo;
4. Participar das lutas sociais do povo brasileiro do campo;
5. Lutar por políticas públicas que afirmem o direito do povo à educação;
6. Promover o debate sobre a educação entre os diversos sujeitos do campo;
7. Aprender a ajudar no cultivo da Pedagogia do Cuidado com a Terra;
8. Aprender dos movimentos sociais que formam os novos sujeitos sociais do campo;
9. Ocupar-se da escola do campo como lugar de formação dos sujeitos do campo;
10. Deixar-se educar pelos sujeitos do campo e pelo processo de sua formação.

Surge aí a grande preocupação de como oferecer aquilo que não se tem? Como os professores vão trabalhar com concepções que desconhecem? Observou-se que nenhum projeto que não seja construído no coletivo pode dar certo, não por resistência, mas pelo simples fato de não fazer parte desse contexto, ou seja, pela falta de identificação com a proposta apresentada.

Para finalizar, consideramos que nem a pesquisa, nem a educação, nem a escola mudam radicalmente e por si só a realidade. Somente a intervenção concreta, pode contribuir na elucidação de escolhas, possibilitando uma alteração qualitativa na realidade dos sujeitos. Onde os sujeitos possam fazer parte das decisões e não estejam no processo como meros executores é necessário ouvir as pessoas que estarão participando ativamente desse processo de transformação, para que realmente se efetive como os processos educativos voltados para os sujeitos que lá residem, pois pertencer ao campo é mais do que estar no campo, o pertencimento ao campo, nas últimas décadas tem considerado as opções postas pelos movimentos sociais do campo que nas lutas buscam valorizar o sentimento de pertença e segundo os Referenciais para a Educação do Campo. “Pertencer significa se reconhecer como integrante de uma comunidade e um sentimento que move os sujeitos a defender as suas ideias, recriar formas de convivência e transmitir valores de geração a geração”. (2004, p. 38). Por

meio dessas práticas educativas, a educação do campo busca levar o sujeito a construir sua história a partir de experiências vividas ao longo dos anos, valorizando toda iniciativa que surge do homem do campo, ou buscando fazer com que se reconheça como sujeito do campo sem medo, ou preconceito visto que não é pela imposição que os sujeitos que residem no campo vão adquirir essa identidade e vínculo de pertença.

Referências:

BRASIL. Cad. 4. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2002. MEC. Grupo de Trabalho Permanente. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Caderno de Subsídios. Brasília, 2004

BRASIL. **Referenciais para uma política nacional de educação do campo**. Brasília: MEC. Fevereiro de 2004.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. Estud. av. vol.15 n.43. São Paulo. Sept/Dec. 2002. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 18/12/2011

COLÉGIO ESTADUAL D.PEDRO I. Ensino Fundamental e Médio. **Projeto Político Pedagógico**. Colônia Vitória; Distrito de Entre Rios: Guarapuava, 2009.

ELFES, A. **Suábios no Paraná**. Curitiba: Banco Lar Brasileiro S.A., 1971.

História da Colônia de Entre Rios. www.agraria.com.br/. Acesso em 20/03/2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **PARECER CEE/CEB N.º 1011/10**. APROVADO EM 06/10/10. Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das escolas do Campo.

STEIN, M. N . **O Oitavo Dia**: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios PR (segunda metade do século XX).(Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História, Florianópolis, 2008.

